



EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA DE LUTA PELO DIREITO À CIDADE: O CASO DO PLANO DE BAIRRO SANTA FELICIDADE E JOÃO DE BARRO I EM MARINGÁ/PR

*PARTICIPATORY EXPERIENCE OF THE FIGHT FOR THE RIGHT TO THE CITY: THE CASE OF
THE SANTA FELICIDADE AND JOÃO DE BARRO I NEIGHBORHOOD PLAN IN MARINGÁ/PR*

*EXPERIENCIA PARTICIPATIVA DE LUCHA POR EL DERECHO A LA CIUDAD: EL CASO DEL
PLAN DE BARRIOS SANTA FELICIDADE Y JOÃO DE BARRO I EN MARINGÁ/PR*

DIREITOS, IDENTIDADES E DIVERSIDADES

FLEURY E SILVA, Beatriz

Doutora; Universidade Estadual de Maringá
bfsilva@uem.br

ALVES NUNES, Layane

Doutora; Universidade Estadual de Maringá
layanenunes.arq@gmail.com

PINHATA BATTISTAM, Maysa

Mestre; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP
maysabattistam@gmail.com



EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA DE LUTA PELO DIREITO À CIDADE: O CASO DO PLANO DE BAIRRO SANTA FELICIDADE E JOÃO DE BARRO I EM MARINGÁ/PR

RESUMO

O instrumento do Plano de Bairro é elaborado desde a década de 1940 no Brasil. Recentemente, estes Planos têm sido divulgados como alternativa ao planejamento urbano, aplicados em cidades de grande porte e instituídos por organizações não-governamentais. Motivado por tais casos e vinculado a um projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá, apresenta-se neste artigo, uma experiência metodológica de aplicação de tal instrumento, implementado em uma cidade de médio porte. Portanto, apresenta-se um relato dos resultados parciais obtidos, e, os objetivos que se pretende atingir com a finalização da terceira e última fase, que está em processo de execução. Esta experiência mostra que, realmente, este é um instrumento de motivação e ação participativa no processo de planejamento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento urbano. Plano de Bairro. construção coletiva. cidade média.

ABSTRACT

The Neighborhood Plan instrument has been developed since the 1940s in Brazil. Recently, studies on its applications have been published as an alternative to urban planning, applied in large cities and established by non-governmental organizations. Motivated by such cases and linked to an extension project of the Architecture and Urbanism course at the State University of Maringá, this article presents a methodological experience of the application of such an instrument, implemented in a medium-sized city. Therefore, we present a report of the partial results obtained, and the objectives that are intended to be achieved with the completion of the third and final phase, which is in the process of execution. This experience shows that this is truly an instrument of motivation and participatory action in the urban planning process.

KEYWORDS: Urban planning, Neighborhood Plan; collective construction; medium city

RESUMEN

El instrumento Plan de Barrios se ha desarrollado desde la década de 1940 en Brasil. Recientemente, se han publicado estudios sobre sus aplicaciones como una alternativa a la planificación urbana y aplicada en las grandes ciudades, establecida por organizaciones no gubernamentales. Motivado por estos casos y vinculado a un proyecto de extensión de la carrera de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Estadual de Maringá, este artículo presenta una experiencia metodológica de la aplicación de dicho instrumento, implementado en una ciudad de tamaño medio. Por lo tanto, se presenta un informe de los resultados parciales obtenidos, y los objetivos que se pretenden alcanzar con la finalización de la tercera y última fase, que se encuentra en proceso de ejecución. Esta experiencia demuestra que se trata de un verdadero instrumento de motivación y acción participativa en el proceso de planificación urbana.

PALABRAS-CLAVE: Planificación urbana, Plan de Barrios; construcción colectiva; ciudad mediana.



INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/01), trouxeram normativas de garantia do direito à cidade, a partir de instrumentos de defesa da função social da propriedade urbana, contemplando, a participação popular, com o envolvimento da população na construção e no cotidiano das políticas urbanas. O instrumento da Gestão Democrática, um dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, prevê instâncias participativas institucionais como: participação em conselhos; audiências e conferências municipais, estaduais e federais; todas há tempos reivindicadas pelos movimentos sociais.

Todavia, Miraftab (2016) chama atenção para a necessidade de articular os espaços institucionais criados para prática da Gestão Democrática, denominados de “espaços convidados”, e o planejamento insurgente, onde a inclusão dos indivíduos ocorre com a participação fora dos espaços institucionais, chamados de “espaços inventados”. Essas práticas acontecem, em geral, em espaços inventados pela comunidade, posto que nos espaços convidados a participação popular não ocorre efetivamente (Silva, *et al*, 2022).

Neste contexto, este trabalho expõe a experiência extensionista, iniciada em fins de 2022, vinculada ao curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Estadual de Maringá, voltada à promoção da participação social na elaboração de um Plano de Bairro piloto, para duas comunidades de Maringá, Paraná. A experiência se coloca no espaço inventado, como alternativa para construção coletiva, enquanto propõe uma metodologia de Plano de Bairro.

Este trabalho, de natureza qualitativa, é amparado em revisão bibliográfica sobre urbanismo insurgente, pedagogia urbana e processos participativos de construção coletiva (Miraftab, 2016; Montoya, 2022); coleta de dados secundários buscados em experiências de Planos de Bairro referência no Brasil; captura de documentos - históricos e legais - sobre o território trabalhado e coleta de dados primários obtidos nas oficinas propostas. Para isso, a estrutura está organizada em 03 fases: diagnóstico, diretrizes e construção de estratégias de ação.

PLANOS DE BAIRRO: UM INSTRUMENTO ALTERNATIVO AO PLANEJAMENTO URBANO TRADICIONAL

A política urbana e a função social da propriedade, discutidas na Constituição Federal do Brasil de 1988, demarcaram o restabelecimento do período democrático. A institucionalização do Plano Diretor, como instrumento da política urbana, foi resultado do Movimento de Reforma Urbana, iniciado antes do golpe militar de 1964, que interrompido naquele período foi retomado no final da década de 1980. Apesar desse marco legal ter acontecido após a virada do século, com a aprovação da Lei n. 10.257/2001, Estatuto da Cidade, houve o suporte de outros instrumentos urbanísticos, para que acontecesse a elaboração e aplicação do PD nos municípios.

Para compreender tal suporte, é importante esclarecer a diferença entre o planejamento urbano institucionalizado e o ato de planejar, que muitas vezes ocorre de modo



extrainstitucional. Conforme Sandercock (1998), o planejamento é um recurso que pode ser utilizado para contribuir, ou não, com a construção de uma cidade mais democrática, pois não é neutro em relação às questões de classe, gênero e raça. Em vista disso, no campo ampliado do planejamento urbano, se reconhece algumas práticas cidadãs como ato de planejar, classificadas como práticas insurgentes, acionadas como resistência às opressões, muitas vezes, ocasionadas pelo próprio Estado (Miraftab, 2016).

O ato de planejar e seus consequentes processos de elaboração, possuem registros datados da década de 1940, no Brasil. Segundo Manzi, *et al*, (2018) a criação dos Planos de Bairro é fruto dos trabalhos do padre *Labret* com a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), ocorridos em 1947, neles há descrições de análises e de planejamento na escala bairro, definida como uma escala microlocal por Souza (2001).

Voltado para menor escala, o Plano de Bairro como instrumento possibilita a aproximação e participação da comunidade; pois o conhecimento aprofundado do local promove proposições de melhorias para localidade. Tal instrumento perpassa por questões de planejamento urbano, como o incremento da participação popular na política urbana; diagnóstico e soluções de moradia; mobilidade; entre outros. Esta é uma alternativa de planejar, que parte da comunidade local, devido a função pedagógica do Plano de Bairro, que visa formar politicamente e sensibilizar a comunidade de seus direitos (Rebouças, *et al*, 2019; Ruiz, 2019). Portanto, o Plano de Bairro se configura como ferramenta de disputa da população, em situações de conflitos existentes no processo de produção do espaço urbano (Vanier, *et al*, 2013).

Há registros de Planos de Bairro executados, e em execução, em diversas cidades brasileiras, elaborados após os anos 2000, por exemplo em Salvador – Plano de Bairro 2 de Julho; Recife - Plano de Bairro Casa Amarela; Plano de Bairro Vila Pompéia (2013); São Paulo – Plano de Bairro Jardim Lapenna (2015); entre outros. Apesar dos exemplos citados conterem diversos contextos urbanos, o processo de elaboração do Plano de Bairro é intrínseco às condicionantes do território, isto significa que por ser uma construção planejada a partir da comunidade, cada um pode ser desenhado de modo distinto, mas contendo aspectos comuns, uma vez que se caracterizam como planos contra hegemônicos, reivindicando o direito à cidade e expondo a ausência e a negligência do Estado nos territórios.

Observa-se que mesmo com o respaldo das legislações urbanísticas, há um descompasso entre a produção do espaço urbano e a constituição dos planos institucionais, como o caso dos Plano Diretores elaborados a partir do Estatuto da Cidade. Embora seja representativo o avanço dentro da política urbana brasileira, por vezes, este não se aplica à cidade real, e, não garante a efetiva participação popular nas instâncias participativas (Villaça, 2005). Cidades como São Paulo institucionalizaram o Plano de Bairro na legislação do Plano Diretor Estratégico, de 2015, definindo-o como instrumento complementar. Tal decisão parece não reconhecer a gênese desta prática de planejar, como resistência política pelos oprimidos, em decorrência da ausência de seus direitos básicos. Por isso, Villaça (2005) afirma que há necessidade de considerar outros métodos de atuação no planejamento urbano, como é a natureza dos Planos de Bairro.



Alguns Planos de Bairro, como o Plano 02 de Julho, coordenado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), se assemelham à proposta apresentada, pois aplicam o Plano de Bairro, como um serviço voltado para comunidade externa, executado através de ação extensionista. Seguindo o exemplo a Universidade Estadual de Maringá, a partir do projeto de extensão “Construindo a cidade coletivamente”, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo e ao Programa Associado UEM/UEL de Pós-graduação, em Arquitetura e Urbanismo (PPU UEM/UEL), vem realizando, desde 2022, um projeto piloto de Plano de Bairro em conjunto com comunidades de dois bairros periféricos de Maringá: Santa Felicidade e João de Barro I.

OS BAIROS SANTA FELICIDADE E JOÃO DE BARRO I: A SELEÇÃO E A REALIDADE DO TERRITÓRIO

Para execução do projeto de extensão, mencionado, optou-se, inicialmente, pela seleção de um território, tomando como base diagnósticos municipais que indicam locais socialmente prioritários, e, que possuem orientações da Diretoria de Habitação Municipal com precariedades urbanas e/ou demandas habitacionais. Além destes aspectos, a equipe considerou outros aspectos como prioritários para o Plano de Bairro, como o histórico de luta; o engajamento da comunidade do local; a extensão do bairro, para compatibilizar com a capacidade da equipe e vulnerabilidade socio-econômica, com concentração de famílias com renda per capita de R\$ 0,00 a R\$89,00. Após as análises a equipe selecionou os bairros Santa Felicidade e João de Barro I, ambos inseridos na região sul, da área urbanizada (figura 01).

O território trabalhado se localiza em Maringá, cidade de médio porte, planejada, fruto da colonização privada da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, inaugurada em 1947. Desde a sua implantação, a cidade foi alvo de constantes propagandas para atração de novos moradores e investidores de todo o país, o que promoveu seu rápido crescimento. Hoje a cidade ultrapassou 35 vezes, em extensão, o tamanho do seu plano inicial (NUNES, 2016). Deste modo, os bairros alvos deste Plano de Bairro, quando implantados se localizavam distantes do centro, em área não urbanizada, agora a realidade do seu contexto urbano é outra (figura 02).

Sobre o contexto de expansão, ao longo de sua história, Maringá recebeu diferentes investimentos habitacionais, que deram origem a diversos bairros residenciais, inclusive os selecionados. O bairro Santa Felicidade foi o primeiro a ser implantado, no ano de 1975 e atravessou três mandatos até ser concluído. Localizado a 5km da área central e proveniente de um projeto de realocação de moradores de cortiços e favelas da cidade, o denominado Núcleo Habitacional Santa Felicidade foi viabilizado por recursos do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), do Banco Nacional da Habitação (BNH). O projeto continha a construção de 288 unidades habitacionais, de 36m². Em 1990, o Conjunto Residencial João de Barro I foi implantado - ao lado do Santa Felicidade - financiado pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e construído através de mutirão, pelos moradores (GARCIA, 2018).

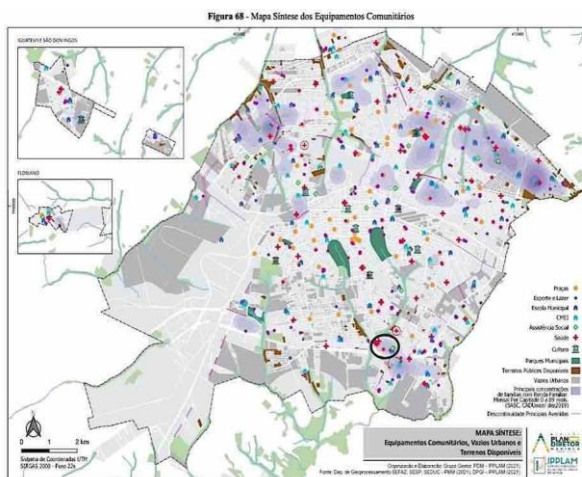


Figura 1 - Mapa Síntese dos equipamentos comunitários e concentração famílias de renda entre 0 e R\$89,00, com a localização dos bairros selecionados. Fonte: IPLAM, 2020, alterado pelas autoras.



Figura 2 - Esquema de localização dos bairros no contexto urbano. Fonte: elaborado pelas autoras, 2024.

Em 2008, malha urbana havia se expandido e alcançado o bairro, trazendo equipamentos urbanos e bairros de padrões mais elevados, assim o bairro Santa Felicidade foi selecionado para receber investimentos advindos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento voltado à áreas de favelas, mesmo que não configurasse assim, como ressalta Souza (2018). Decorrente disto, surgiu o PAC ZEIS Santa Felicidade. Esta ação se refletiu como um claro processo de higienização do local, revelando o recorrente preconceito sobre a comunidade, ao mesmo tempo, fazendo parte de mais um capítulo do processo de segregação sócio-espacial característico do desenvolvimento urbano de Maringá, iniciado na década de 1970 (Silva, 2015). O resultado foi a remoção de parte da comunidade do local, com o argumento da unificação dos terrenos para ampliá-los, além da construção de dois barracões para atividades de cooperativa



de catadores de material reciclável (não mais ativo); um barracão para cooperativa de geração de empregos, não executado; a construção do Centro de Atendimento Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS - I); um centro de convivência comunitário (hoje abandonado); a reforma do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Santa Felicidade; e a remodelação da Praça Zumbi dos Palmares, hoje à espera de uma reforma (Jordão, 2012; figura 03). Tais investimentos, embora controversos, geraram a premiação do Selo de Mérito, em 2013, para a cidade de Maringá, que aconteceu durante o 60º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social.



Figura 3 – Localização dos equipamentos públicos, existentes após PAC, no Conjunto Residencial João de Barro I e Núcleo Habitacional Santa Felicidade, mas parcialmente em funcionamento em 2023. Fonte: Plano de Bairro Piloto - Santa Felicidade e João de Barro, 2023.

Para se defender desta realidade histórica de preconceito, a união dos moradores gerou ações de combate ao apagamento que se reflete sobre o local. Uma alternativa foi se apegar na cultura, por isso na década de 1990 foi criado o Centro Cultural Jhamayka, que promove ações de valorização da população afrodescendente, predominante nos dois bairros, com diversas atividades para que os bairros sejam "vistos" pela cidade e administração pública. As ações são realizadas, na maioria, na Praça Zumbi dos Palmares, construída pelos moradores e reconhecida na lei municipal n. 4.044/96, como ponto turístico da cidade, símbolo da cultura afro-brasileira.

Atualmente, as comunidades dos bairros, Santa Felicidade e João de Barro I, seguem no quase total esquecimento por parte da gestão municipal, a pesar de reivindicações frequentes de alguns moradores, sem sucesso, especialmente na defesa da reforma e reativação dos equipamentos públicos locais, como a reabertura do Centro de Convivência, a reforma da escola municipal, a revitalização da praça Zumbi dos Palmares, a readequação de muitas habitações para melhoria das condições de moradia digna, ampliação do restaurante popular, entre outras inúmeras ações que refletem a consonância com os objetivos de um Plano de Bairro.



PLANO DE BAIRRO SANTA FELICIDADE E JOÃO DE BARRO: POR UMA PROPOSTA METODOLÓGICA POSSÍVEL

A proposta de elaboração do Plano de Bairro Piloto¹, para os bairros Santa Felicidade e João de Barro I, em Maringá/PR, nasceu da ideia de dar luz a um processo participativo, como instrumento de resistência e luta pelo direito à cidade. No caso destas comunidades, o objetivo é que o Plano seja um instrumento de (re)agregação da comunidade, despertando a força que a moveu até tempos recentes, instrumentalizando-a e potencializando-as para luta urbana.

Desta forma, ainda que com críticas ao fato deste ter sido estabelecido de forma institucional, utilizou-se como referência inicial o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (Lei nº 16.050/2014), o qual contempla o Plano de Bairro como instrumento de planejamento urbano, cujos objetivos são: identificação de diferentes demandas urbanas, sociais e ambientais; utilização de metodologias participativas nas diferentes etapas de elaboração e utilização de abordagens interdisciplinares. Assim, as principais referências metodológicas foram extraídas de dois Planos de Bairro elaborados por organizações não-governamentais para cidade de São Paulo - Jardim Pantanal (IAB/SP, Instituto Alana e Urbanizar) e Jardim Lapenna (Fundação Tide Setúbal e assessoria técnica do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas) -, uma vez que estes, além de finalizados, se apresentam bastante didáticos, com relatos e resultados que se aproximam da proposta aqui apresentada.

O município de Maringá tem escala e realidade distinta das experiências citadas, é um município de médio porte e possui recente histórico de participação popular no processo de planejamento urbano (experimentado, de modo restrito nos dois últimos planos diretores). Desta forma, a proposta metodológica se apresenta aberta para mudanças, guiada pelas referências, pois os protocolos de ações são delineados no andamento do Plano, sob a justificativa de que o território dará o tom da construção coletiva, como dever ser todo Plano de Bairro.

Deste modo, o primeiro passo foi dado pela visita de reconhecimento do território e seus principais atores, ocorrida no final de 2022, com o intuito de estabelecer o primeiro contato com os representantes da comunidade e com os moradores. Assim, esta se configurou como uma aproximação não imposta, e, cuidadosa, como coloca Íñiguez-Rueda (2022, *et al*, p.3) “[...] en aquellos contextos de conflicto social donde convergen personas, colectivos, asociaciones, expertos e instituciones, ¿cómo las investigadoras e investigadores pueden contribuir de manera no invasiva ni autoritaria?”.

¹ O instrumento Plano de Bairro foi incorporado ao Plano Diretor de Maringá durante a sua revisão, finalizada em janeiro de 2024, através da Lei Municipal nº 1.424/2024, porém é controverso em sua caracterização, pois além de não trazer a essência do Plano, ou seja, de que é uma construção coletiva e sim gerenciada pela gestão pública, sua proposta não foi fruto do processo participativo e sim da equipe executora do referido PD.



Na sequência, o projeto se dedicou a formulação da metodologia, embasada inicialmente pela discussão de textos de apoio (Miraftab, 2016; Montoya, 2022; Íñiguez-Rueda, *et al*, 2022) e pesquisa de casos exitosos de construção coletiva. Estes últimos com objetivo de ampliar o repertório sobre as possibilidades metodológicas na relação universidade-território. Entre os meses de fevereiro e abril de 2023, foi definido que o Plano de Bairro teria 3 fases: diagnóstico, diretrizes gerais e estratégias de ação; cujas dinâmicas aconteceriam no ritmo e demanda da comunidade local, ressaltando que haveria refinamentos a cada encontro.

A fase 1 (diagnóstico) foi realizada entre os meses de maio e junho de 2023, composta de quatro dinâmicas: "a cidade sentida", "cidade percebida", "cidade real" e a "cidade viva e desejada". A cada encontro, uma das dinâmicas era aplicada com o intuito de promover a participação da comunidade e colher depoimentos, identificando as relações estabelecidas entre os moradores, seus bairros e a cidade. Antes de cada encontro, uma reunião de alinhamento, com os componentes da equipe, era realizada para definir a abordagem e esclarecer os objetivos de cada dinâmica. Na dinâmica da "cidade sentida" procurou-se identificar relações de afeto, rotinas e necessidades cotidianas, além de (re)conhecer os principais atores dos dois bairros e como a rede de participação se configura na comunidade. Como estratégia cada dinâmica era precedida de atividades culturais de teatro, música ou dança, promovida por um grupo de voluntários, possibilitando a formação de um ambiente amistoso, ao mesmo tempo em que fortalecia a praça como local de encontro (figura 04).

Nesse primeiro encontro, o projeto do PAC, veio à tona através de relatos sobre o impacto do mesmo nos laços da comunidade, a herança de obras inacabadas e a falta da prometida documentação de regularização fundiária de alguns moradores. Também foi destaque o processo de desativação/abandono dos equipamentos públicos, onde os moradores relataram o descaso, tanto do presidente de bairro (eleito há quase uma década, mas ausente das demandas) como da gestão pública. Mesmo com estes pontos negativos, a união da comunidade foi constantemente mencionada.



Figura 4 - Apresentação de teatro e dinâmica "a cidade sentida", respectivamente
Fonte: Acervo das autoras, 2023.

No segundo encontro, a dinâmica estimulou a construção de um mapa afetivo, elaborado com o auxílio de ferramentas como mapas, desenhos e colagem, indicando a construção da "cidade percebida" pelos moradores. As ações de identificação e recorte de imagens demonstram o que



os bairros representam para eles (figura 05). O objetivo foi o de incentivar a troca de saberes e experiências entre os participantes, e, identificar percebem seu território. A relação entre os moradores e com os bairros do entorno, também, foi abordada com comentários sobre a qualidade do comércio local e do transporte público que, segundo os participantes, está melhor atualmente.



Figura 5 - Vivência musical e dinâmica "cidade sentida", respectivamente.
Fonte: Acervo das autoras, 2023.

Para investigar o entendimento sobre "a cidade real", lançou-se mão da cartografia social, ferramenta associada ao planejamento e transformação social, utilizada (ainda que não largamente) na investigação ação-participativa e desenvolvimento comunitário (Landim Neto *et al*, 2013 *apud* Costa, 2016). Soma-se ao processo de planejamento numa perspectiva participativa a partir da conexão entre os grupos sociais como o seu território (Acsehrad; Coli, 2008 *apud* Costa, 2016). Os participantes localizaram, no mapa colaborativo, os locais mais importantes dos bairros, seus problemas e suas vocações, os lugares de afeto e desafeto e as demandas e potencialidades dos bairros (figura 06). A partir deste terceiro encontro pode-se perceber que, de fato, os espaços de convívio e equipamentos públicos comunitários são apontados como positivos, ou seja, são importantes para manutenção da convivência entre seus moradores e teriam urgência de reabertura, como por exemplo o Centro de Convivência. Em seguida citaram o comércio e ruas que passaram pelas obras do PAC. Os pontos negativos mais ressaltados foram a não manutenção da escola municipal e centro de convivência, ambos sem atividade no momento, a transferência do Centro Municipal de Educação Infantil para outro bairro e as várias calçadas irregulares.



Figura 6 - Dinâmica "a cidade real". Fonte: Acervo das autoras, 2023.



O quarto, último encontro, aconteceu com a dinâmica da “cidade viva e desejada”, teve o objetivo de identificar as potencialidades dos bairros, apontar os desafios para melhorias ocorrerem, indicar quais apontamentos dependiam da população, da gestão ou seriam possíveis serem realizados em conjunto. Novamente, os participantes relataram como potencialidade a boa relação de vizinhança e o histórico de luta das duas comunidades, o que promoveu inclusive a diminuição na criminalidade, após a remoção de 1/3 das famílias em decorrência do PAC. Esta dinâmica tinha o objetivo de se constituir como a fase de diagnóstico, porém dada a ânsia de debater melhorias urbanas pelos moradores, surgiram sugestões como: pintura dos muros das casas nos arredores da praça Zumbi dos Palmares; execução de paisagismo nos espaços públicos; mobilização comunitária e nova eleição para a presidência de bairro (figura 07).



Figura 07 - Apresentação de música e dinâmica “a cidade viva e desejada”, respectivamente.
Fonte: Acervo das autoras, 2023.

No intervalo entre as fases 01 e 02, a equipe se debruçou em reorganizar a metodologia desenhada, anteriormente pensada. Assim, a construção de estratégias de ação e reflexão sobre possíveis projetos de melhorias, deixou de ter esse objetivo para que houvesse a oportunidade de promover maior engajamento e esclarecimentos às duas comunidades. Como citado anteriormente, a metodologia iria ser revista a todo momento, aqui sentiu-se a necessidade de debater com a comunidade o assunto dos direitos urbanos, para que a se propusesse estratégias de ação. Deste modo, a comunidade estaria munida de conhecimento para lutar por melhorias desenhadas por eles, e, registradas e organizadas no Plano de Bairro. Para chegar a este entendimento, a equipe cercou-se um novo conjunto de textos e debates (Valença, 2022; Tavares e Gonzaga, 2021).

A fase 2 (diretrizes de ação) foi organizada em 03 encontros, que ocorreram entre os meses de novembro de dezembro de 2023, debatendo com a comunidade temas sobre a política urbana, com o objetivo de que estas discussões dessem luz à compreensão dos direitos perante a cidade desejada e exposta na fase 01. Em seguida foram feitas discussões sobre os marcos normativos de direito à cidade, como o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade, destacando a participação popular como instrumento de construção coletiva. O terceiro encontro trouxe o debate preliminar que gerou grande participação dos moradores, os quais demonstraram-se indignados com a escassez de direitos ofertados à comunidade.



Ao final destes três encontros foi definido um conjunto de manifestações populares, que poderiam ocorrer nos bairros como encerramento da segunda fase. Assim, três dias de manifestações foram definidos, posicionados nos três locais com maior demanda indicada pelos moradores: na Escola Municipal Prof.^a Maria Benedita Natália Lima (fechada à espera de reforma há 5 anos); no Centro de Convivência Angela M. Pires Caniato (abandonado) e na Praça Zumbi dos Palmares (principal centralidade, degradada). Apesar do número reduzido de moradores participando das manifestações, o resultado teve impacto, pois a estratégia de registrar depoimentos em vídeo e, posteriormente, divulgá-los em redes sociais, como o Instagram e Facebook, provocou algumas reações: a mais importante delas foi o anúncio da Prefeitura, sobre o retorno das obras na Escola. M. Benedita N. de Lima, constatado na semana seguinte às manifestações (figura 08).



Figura 8 - Registro das manifestações: reforma da escola; abertura do Centro de Convivência; reforma do Centro Comunitário; respectivamente. Fonte: Acervo das autoras, 2023.

RESULTADOS PRELIMINARES DE UMA METODOLOGIA EM CURSO

No decorrer deste PB, percebeu-se que a desagregação, das comunidades, ocorreu com a implantação do PAC ZEIS Santa Felicidade, intensificado pela constante ausência da gestão pública no abandono dos equipamentos públicos. Sabe-se que membros da administração municipal estiveram no local para acompanhar os encontros. Até o momento, a maior conquista foi a retomada da reforma da escola municipal, equipamento mais demandado; iniciada na sequência das manifestações. Ao final destas etapas, percebe-se o movimento de interesse dos moradores em participar do processo de construção do PB e, conseqüentemente, reivindicar melhorias. Passo essencial para reativação da comunidade, que aos poucos compreende a importância da sua participação na construção coletiva de cidades mais justas.

Para a terceira etapa, iniciada recentemente, foram estabelecidos quatro eixos de ação, com o objetivo de seguir fortalecendo as comunidades. Para isso, visa-se recuperar a autoestima e buscar meios eficazes de reação por parte da gestão municipal. Por isso, de abril a julho de 2024, serão executadas as seguintes ações:

1. um caderno que objetiva registrar a metodologia proposta no PB e ser ferramenta de luta, de um território onde havia a desarticulação comunitária (diferentemente do esperado inicialmente). A exposição dos resultados e propostas – construídas coletivamente -serão



- preparadas e levadas à gestão municipal, para negociar as necessidades de melhorias e para traçar um plano de implementação;
2. um livro infantil, escrito em colaboração com a comunidade local, contará a história de luta e de cultura das duas comunidades, para lembrar a comunidade da importância e do sentimento de lugar, que ali está enraizado, mas hoje lembrado por poucos;
 3. a elaboração de uma série de depoimentos, com atores selecionados da comunidade, cujo propósito é o de revelar, registrar e divulgar as vozes, rostos e sentimentos de pessoas que sofreram e sofrem com o descaso e desarticulação comunitária presente nos bairros, como alternativa de sensibilização local e municipal;
 4. um site para divulgação e acesso às pesquisas realizadas durante o processo de elaboração desta experiência de PB, executada em cidades de médio porte.

Como parte da equipe executora, pode-se afirmar que o Plano de Bairro apresentado, especialmente por tratar de cidades de médio porte, tem gerado o interesse de diversos organismos e pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços participativos insurgentes, como é a natureza dos estimulados pelos Planos de Bairro, expõem uma independência e, ao mesmo tempo, reação ao Estado e às determinadas ações institucionalizadas. Contudo, não devem estabelecer uma relação de exclusão, pois, conforme coloca Mirafab (2016), os dois tipos de espaços encontram-se em uma relação dialética e de interação mutuamente constituída, não em uma relação binária. Ou seja, as ações desencadeadas pelos Planos de Bairro, devem subsidiar as ações institucionais, qualificá-las e não as ignorar ou negá-las, à medida que são ações que partem do território e para o território.

O Plano de Bairro é um instrumento de construção, resistência e ação coletiva que demanda de participação da comunidade escolhida para seu desenvolvimento, prevendo uma tomada de consciência pela comunidade, em um processo ativo e reflexivo sobre sua prática, para compreendê-la (Montoya, 2022). Por isso, o processo metodológico necessita incluir e movimentar o maior número de moradores possível, o que neste caso relatado não ocorreu, porém houve a participação de um número reduzido de moradores, justificado pela desmobilização da comunidade. Porém, tal desagregação não pode ser considerada como impedimento para a realização do PB, dado o histórico de luta destas comunidades e demandas necessárias de serem implementadas. Assim, as etapas 01 e 02 deste piloto, se apresentam como reativação, mesmo que lenta, das comunidades, enquanto amplifica a voz das demandas e das possibilidades de reação frente ao afastamento da gestão pública. Espera-se que a etapa 03 possa solidificar a reação e munir as comunidades diante do conhecimento do seu território.

Dentro do processo explanado se reflete a esperança de que a mobilização social estruturada pela participação popular, seja um instrumento de defesa destas comunidades. Tal realidade e objetivos traçados motivam a execução deste Projeto de Extensão, em especial a construção desta experiência de um piloto de Plano de Bairro em uma cidade média, e, que este possa ser



o elo de reorganização das lideranças e das comunidades João de Barro I e Santa Felicidade, tendo em vista que a construção coletiva se mostrou um fator agregador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, N; Gorayeb, A; Paulino P.; Sales, L.; Silva, E. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp., 2016. pp.73-86. Disponível em <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/3820/2045>, acessado em 15 de maio de 2024.

GARCIA, Tatiane Boisa. **A trajetória das ações estatais na habitação em Maringá de 1947 a 1986**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa Associado de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1PRJ5olCVAZg7wtM8bsT_-Mo3cocEe5LQ, acessado em 15 de maio de 2024.

ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio; SPINK, Mary Jane P.; HERCÍLIO, Jose Oliveira. Mulheres e Mobilidade na Periferia sul de São Paulo. In: **Mobilidade Urbana em Tempo de Pandemia**. São Paulo: USP, 2022, p. 94-114.

IPPLAM, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá. **Relatório completo da análise temática integrada - etapa 2, 2020**. Disponível em <http://www2.maringa.pr.gov.br/portal/?cod=portal/21/pagina/2389/2ordf-etapa-anaacutelise-temaacutetica-integrada-completo>, acessado em 04 de maio de 2022.

JORDÃO, Vitor Luis Colli. **O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Região Metropolitana de Maringá/PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3164>, acessado em 15 de maio de 2024.

MANZI, M.; FIGUEIREDO, G. C. S.; MOURAD, L. N. e REBOUÇAS, T. M. Neighbourhood planning and the right to the city: confronting neoliberal state urban practices in Salvador, Brazil. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 10, n. 1, 2018, p. 1-15.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v.18, N.3, 2016, p. 363-377. Disponível em <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/download/5499/4751>, acessado em 14 de maio de 2024.

MONTOYA, Adrian Dongo. **Freire e Piaget no século XXI: personalidade autônoma, práxis e educação**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2022.

NUNES, Layane Alves. **Para além do plano de Jorge de Macedo Vieira: a expansão urbana de Maringá de 1945 a 1963**. Tese (Doutorado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Disponível em



<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-30062016-113515/pt-br.php>, acessado em 15 de maio de 2024.

REBOUÇAS, Thaís; MANZI, Maya; MOURAD, Laila. Experiências de planos de bairro no Nordeste brasileiro: articulando planejamento insurgente e direito à cidade. **Caderno MetrÓpole**. São Paulo: v.21, N.46, 2019, p. 855-878.

RUIZ, Andreilissa; ALMEIDA, Marcelo. Políticas públicas e participação social: o caso do plano de bairro do Jardim Lapenna como um caminho da democracia para um território de direitos. In: **Mudança social e participação política 4: estudos e ações transdisciplinares em três dimensões**. Diamantino Pereira (organizadores) – São Paulo: Annablume, 2019, p. 225-241.

SANDERCOCK, Leonie. **Towards Cosmopolits: planning for multicultural cities**. Chichester: John Wiley, 1998.

SILVA, Beatriz Fleury. **A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paiçandu-Maringá-Sarandi: novos arranjos. Velha Lógica**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em [https://A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paiçandu-Maringá-Sarandi:... \(usp.br\)](https://A%20recente%20produ%C3%A7%C3%A3o%20imobili%C3%A1ria%20no%20aglomerado%20metropolitano%20Pai%C3%A7andu-Maring%C3%A1-Sarandi...%20(usp.br)), acessado em 15 de maio de 2024.

SILVA, Beatriz Fleury; AMANCIO, Carina Serra; ROSSI, Pedro; TRINDADE, Thiago Aparecido. **A cidade em disputa: planos diretores e participação no cenário da pandemia**. Brasília: Lutas Anticapital, 2021.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Priscila de Almeida. **A desfavelização na cidade sem favelas: uma análise do PAC Santa Felicidade em Maringá-PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/browse?type=author&value=Souza%2C+Priscila+de+Almeida>, acessado em 15 de maio de 2024.

VAINER, Carlos; Bienenstein, Regina; Megumi, Giselle; Tanaka, Martino; Oliveira, Fabricio Leal; Lobino, Camilla. **O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual**. In: XV Encontro Nacional da ANPUR. Recife. Anais. 21. Recife: ANPUR, 2013. Disponível em <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/168/165>, acessado em 05 de maio de 2024.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. 2005. Disponível em http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf, acessado em 2024-05-14.